



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 21488/2022

Sumário: Abertura de concurso externo de ingresso para um técnico de informática do grau 1, nível 1, para a área de tecnologias de informação e comunicação — Núcleo de Informática do Taguspark.

Concurso externo de ingresso tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico de informática, categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, do mapa de pessoal do IST, para a área de Tecnologias de informação e comunicação — Núcleo de Informática do Taguspark (21/TA/2022).

Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, aplicável de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que, após parecer prévio positivo do Reitor da Universidade de Lisboa, de 9 de agosto de 2022, e por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico, de 19 de setembro de 2022, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio, tendo em vista o preenchimento de 01 (um) posto de trabalho, na carreira de técnico de informática, categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, previsto no Mapa de Pessoal do Instituto Superior Técnico, na área de atividade de Tecnologias de informação e comunicação — Núcleo de Informática do Taguspark.

Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, diploma que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada por LTFP), Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2022 (doravante designada por LOE 2022), e Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual (diploma que aprovou a tabela remuneratória única).

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) emitiu, a 9 de maio de 2022, a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, com o perfil adequado ao exercício das funções identificadas como necessárias para os postos de trabalho em causa.

1 — Prazo de validade: o concurso visa exclusivamente a ocupação do posto de trabalho acima mencionado, caducando com o respetivo preenchimento.

2 — Local de trabalho: Instituto Superior Técnico, Campus do Taguspark (Av. Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, 2744-016 Porto Salvo), Campus da Alameda (Avenida Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa), ou Campus Tecnológico e Nuclear (Estrada Nacional 10, 2695-066 Bobadela).

3 — Área e conteúdo funcional: ao posto de trabalho a preencher correspondem as funções descritas no artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril. Os trabalhadores recrutados desempenharão designadamente as seguintes funções:

a) Instalação e manutenção do parque informático: Computadores, Impressoras, Switches, Access Points e Telefones.

b) Manutenção dos materiais passivos da infraestrutura de rede, nomeadamente: bastidores e cablagem.

c) Identificação e remoção de cabos de redes e telecomunicações que estejam obsoletos.

d) Organização e arrumação de bastidores de telecomunicações seguindo as boas práticas recomendadas.

- e) Documentação e cadastro, em ferramentas próprias e adequadas, de materiais informáticos: computadores, telefones, switches, bastidores, entre outros.
- f) Instalação e administração de sistemas Windows e Linux.
- g) Desenvolvimento de aplicações em PHP, Python, Java e ReactJS.
- h) Configuração e suporte de serviços: email, vpn, wifi, impressão, entre outros.
- i) Identificação e diagnóstico de anomalias em computadores.
- j) Suporte técnico de 1.ª e 2.ª linha a utilizadores, através de ferramentas de email, chat, ticketing, assistência remota e presencial.

4 — Remuneração: O posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados obedecerá aos limites impostos pelo artigo 36.º da LOE 2022. A remuneração mensal é fixada de acordo com o Mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e a Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, por força da integração prevista no artigo 5.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. A remuneração mensal corresponde ao nível remuneratório entre o 13 e o 14, num montante pecuniário de 1 153,40 € (mil cento e cinquenta e três euros e quarenta cêntimos), após aprovação em estágio, com a duração de seis meses, com classificação não inferior a Bom (14 valores), nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março. Durante o estágio, a remuneração mensal corresponde ao nível remuneratório 11, num montante pecuniário de 1 007,49 € (mil e sete euros e quarenta e nove cêntimos).

5 — Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, após parecer favorável do Reitor da Universidade de Lisboa, de 09 de agosto de 2022, o presente recrutamento efetua-se de entre trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e, ainda, de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo resolutivo, certo ou incerto, ou sem vínculo de emprego público previamente constituído.

6 — Requisitos de admissão

6.1 — Requisitos gerais

São requisitos de admissão necessários à constituição do vínculo de emprego público os constantes do n.º 1 do artigo 17.º da LTFP e do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, sob pena de exclusão do procedimento:

- i) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- ii) Ter 18 anos de idade completos;
- iii) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- iv) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- v) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos habilitacionais: Curso tecnológico, curso das escolas profissionais ou curso que confira certificação de qualificação de nível IV em áreas de Informática.

7 — Os candidatos devem reunir os requisitos referidos nos números anteriores até à data limite de apresentação das candidaturas.

8 — O ingresso na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, depende da aprovação em estágio, com a duração de seis meses, com classificação não inferior a Bom (14 valores), conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

9 — Prazo e forma para apresentação das candidaturas

9.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

9.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas exclusivamente por via eletrónica através da hiperligação “submeter candidatura” referente à presente oferta indicada na página internet da Direção de Recursos Humanos do Instituto Superior Técnico <https://drh.tecnico.ulisboa.pt/tecnicos-e-administrativos/recrutamento/>, de acordo com as instruções de candidatura constantes do mesmo sítio. É obrigatório o preenchimento do formulário de

candidatura aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 08 de maio de 2009, e o envio dos anexos nele referidos. O formulário está disponível na página eletrónica http://drh.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/45/r6_v3_formulario_procedimento_concursal.dot

9.3 — Documentação adicional: O formulário, devidamente datado e assinado, deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão nos termos previstos no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, de:

- a) Fotocópia simples e legível do certificado de habilitações literárias;
- b) Currículo profissional detalhado;
- c) No caso de ter vínculo de emprego público, declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade de vínculo de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- d) No caso de ter vínculo de emprego público, declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa.

9.4 — Aos candidatos que exerçam funções no IST não é exigida a apresentação de outros documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual. Aqueles documentos serão solicitados oficiosamente pelo júri ao serviço competente.

9.5 — Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, o júri pode, ainda, solicitar aos candidatos ou aos respetivos órgãos ou serviços de origem outros elementos considerados necessários à boa instrução do processo de concurso.

9.6 — As falsas declarações serão denunciadas ao Ministério Público e punidas nos termos da lei.

10 — Métodos de seleção: a seleção será feita mediante prova de conhecimentos, método previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho. A prova visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos, exigíveis e adequados às funções correspondentes à categoria para a qual é aberto o concurso, sendo classificada na escala de 0 a 20 valores.

10.1 — Estrutura da Prova

A prova de conhecimentos será escrita, sem consulta, com duração de 90 minutos, e composta por duas partes, obedecendo à seguinte estrutura:

1.ª Parte: constituída por 15 perguntas com resposta de escolha múltipla, com 5 opções, sendo que:

- Cada resposta certa é valorada com 0,80 valores;
- Cada resposta errada desconta 0,25 valores;
- Cada resposta não respondida não é valorada.

2.ª Parte: constituída por 5 perguntas de desenvolvimento. Além do conteúdo das respostas serão avaliados a capacidade de raciocínio e de comunicação, o uso adequado da língua Portuguesa ou Inglesa, e a estrutura do texto e eventuais diagramas. Cada resposta pode ser valorada até 1,60 valores.

As temáticas abrangidas pela prova de conhecimentos são as constantes do Anexo 1, que é parte integrante do presente aviso. A bibliografia necessária à sua preparação consta do Anexo 2.

11 — Notificações: os candidatos excluídos serão notificados pela forma prevista na alínea a) do artigo 10.º da Portaria 125A/2019 de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria 12-A/2021 de 11 de janeiro para a realização da audiência dos interessados. Os candidatos admitidos serão convocados, pela mesma forma.

12 — Publicitação: a relação de candidatos admitidos e excluídos, os resultados obtidos em cada fase da prova de conhecimentos e a lista de classificação final serão afixados nas vitrinas e disponibilizados na página eletrónica da DRH do IST.



13 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Quotas de emprego: de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos nesta situação devem declarar no formulário de candidatura em local próprio, para além dos meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do diploma supramencionado.

15 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da DRH e, por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

16 — Nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho da referida portaria, as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação da cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, encontram-se disponíveis para consulta em: <http://drh.tecnico.ulisboa.pt/tecnicos-e-administrativos/recrutamento/>.

17 — Composição do Júri:

Presidente — Rui Filipe Fernandes Prada, Professor Associado

Vogais efetivos:

Bruno Filipe Paredes Macedo, Coordenador do Núcleo de Informática do Taguspark

Helena Isabel De Jesus Galhardas, Vice-Presidente para a Gestão do Campus Taguspark

Vogais suplentes:

Fernando Henrique Côrte-Real Mira da Silva, Vice-Presidente para as Tecnologias de Informação e Comunicação

Jorge Daniel Sequeira Matias, Diretor da Direção de Infraestruturas Computacionais.

2 de novembro de 2022. — A Vice-Presidente para a Gestão Administrativa, *Helena Maria dos Santos Geirinhas Ramos*.

ANEXO 1

Temas a abordar na prova de conhecimentos

1 — Conhecimentos nas linguagens de programação:

Java;

PHP;

Python;

ReactJS.

2 — Configuração e utilização das ferramentas:

Clonezilla;

Chef;

3 — Domínio de ferramentas de produtividade:

Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint)



4 — Configuração e utilização de clientes com Sistemas Operativos Windows e Linux:

Linha de comandos (Powershell, Bash);

VPN;

Configurações de Impressoras;

5 — Configuração e utilização de servidores Windows — Active Directory;

6 — Domínio, configuração e utilização, em clientes, dos serviços:

Mail (SMTP, IMAP);

VPN (OpenVPN);

WiFi;

7 — Conhecimentos gerais de redes informáticas:

TCP/IP;

LAN;

VLAN;

WLAN;

Cablagem;

8 — Configuração e utilização de switches Juniper;

ANEXO 2

Bibliografia para a prova de conhecimentos

<http://www.oracle.com/technetwork/java/javase/documentation/index.html>

<https://docs.oracle.com/javase/8/>

Thinking in Java: Bruce Eckel 2005 (outubro) Prentice Hall, New Jersey, ISBN 0131872486 (4.ª Ed.)

<http://php.net/docs.php>

<https://docs.python.org/>

Programação em Python: Introdução à programação com múltiplos paradigmas: João P. Martins 2013 IST Press

<https://developer.mozilla.org/en-US/docs/Web/JavaScript>

<https://reactjs.org>

<https://clonezilla.org>

<https://docs.chef.io> <https://docs.microsoft.com/>

Computer Networking: A Top-Down Approach, 7th edition.: J. Kurose and K. Ross Pearson

<https://openvpn.net/vpn-server-resources>

<https://www.juniper.net/documentation>

315842826